



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- | | | | |
|-------------------------------------|------------------------------|---------------|------------|
| <input type="checkbox"/> | REQUERIMENTO
(.ª) | Número | /XV |
| <input checked="" type="checkbox"/> | PERGUNTA
(.ª) | Número | /XV |

Assunto: Ameaça de horários abusivos e corte nos subsídios de férias e Natal dos vigilantes em organismos tutelados pelo Ministério do Trabalho no Algarve

Destinatário: Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O concurso recentemente realizado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, com vista à contratação de serviços de vigilância nos vários organismos que tutela, fez regressar a pressão sobre os trabalhadores. Isso mesmo levou o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a dirigir pergunta no passado dia 11 de maio, tendo em conta as pressões da nova empresa que assumirá a concessão deste serviço nas regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo a partir do dia 1 de junho, com a tentativa de contornar o que a lei determina em matéria de transmissão de estabelecimento, forçando os vigilantes a assinar documentos para um suposto “Início de atividade” e com ameaças de não pagamento de parte do subsídio de férias.

Ora, segundo novas informações que chegaram ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, as pressões e ameaças de incumprimento da lei estão também a ocorrer na sequência de concurso para o mesmo efeito levado a cabo pelo Ministério para os organismos no Algarve. Também nesta região o concurso resultou na troca de empresas, com a Ronsecur a substituir a PSG a partir do dia 1 de junho. Como é evidente, é também uma situação em que se aplicam as normas relativas à transmissão de estabelecimento, ou seja, os trabalhadores preservam os seus postos de trabalho e todos os direitos laborais, nomeadamente a efetividade e a antiguidade, passando a ter relação contratual com a nova empresa.

Segundo as denúncias, supervisores da Ronsecur estão a abordar os vigilantes nos seus postos, pressionando estes trabalhadores e anunciando várias medidas que são flagrantes violações dos seus direitos.

Estes elementos da empresa, que serão no futuro próximo responsáveis pelo trabalho destes vigilantes, estão a comunicar que a Ronsecur não pretende pagar o valor integral do subsídio de férias e de Natal, mas apenas os proporcionais a partir de 1 de junho. O argumento da Ronsecur é o habitual, dizendo aos vigilantes que os proporcionais até 31 de maio devem ser assumidos empresa cessante, que é a sua entidade empregadora até essa data. Já a PSG não pretende assumir essa responsabilidade. Mais uma vez, são os vigilantes que veem parte do seu salário ameaçado, apesar de não terem qualquer responsabilidade nesta troca de empresas. Uma situação recorrente e totalmente inaceitável, que se vem repetindo sempre que um novo concurso determina uma troca de empresas. Isto apesar da lei proteger expressamente a manutenção do posto de trabalho nestas situações, com todos os direitos laborais.

Os supervisores da Ronsecur estão também, segundo as informações que chegaram ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, a ameaçar os vigilantes com a aplicação de horários de trabalho abusivos e ilegais, dizendo que o



salário base será com base na prestação de 192 horas mensais e que o pagamento do trabalho extraordinário é “à parte” (ou seja, não declarado). Esta ameaça, que está a ser feita aos vigilantes nos seus postos antes mesmo de estarem ao serviço da Ronsecur, corresponde a uma prática reiterada. Com esta imposição à margem da lei, a empresa pretende impor trabalho extraordinário não pago e suprimir parte do salário aos vigilantes que cumprem o horário completo previsto na legislação. Um abuso inaceitável, que o Ministério pode e deve travar desde já, exercendo o seu poder contratual com a empresa e impedindo que esta ilegalidade se concretize.

Segundo as denúncias, os vigilantes estão ainda a ser pressionados pela Ronsecur a fornecer dados pessoais e relativos à sua relação laboral, como se se tratasse de uma nova contratação. Ora, a pressão para o preenchimento destes documentos está a ser recebida com preocupação por estes trabalhadores, uma vez que não se trata de uma nova contratação e que a nova empresa deve simplesmente receber da empresa cessante todo o processo e a informação necessária, no contexto da transmissão.

Em causa estão, segundo as denúncias, cerca de 70 trabalhadores, que estão a ser alvo de uma pressão inaceitável no exercício de funções para organismos do Ministério do Trabalho, vendo direitos básicos colocados em causa, nomeadamente o respeito pelo horário de trabalho e o pagamento integral do seu salário.

Recorde-se que, no âmbito do anterior concurso para a adjudicação deste serviço de vigilância nestes mesmos organismos, em dezembro de 2019, perante o desrespeito gritante dos direitos laborais e depois de meses de denúncia e mobilização dos trabalhadores, o Ministério do Trabalho cessou, em novembro de 2020, o contrato com uma das empresas. Ficou demonstrado, como o Bloco de Esquerda sempre defendeu, que o Governo pode e deve impor o cumprimento da lei às empresas que contrata, nomeadamente a lei laboral. É isso que se espera na execução deste novo contrato. Perante estas pressões e ameaças, o Ministério deve exigir de imediato à Ronsecur o integral cumprimento dos direitos laborais, assim como às restantes empresas contratadas para todo o país.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Que diligências tomou ou pensa tomar o Ministério, de modo a garantir que os direitos laborais dos vigilantes são respeitados no âmbito desta substituição de empresas? Pretende o Ministério atuar, desde já, de modo a assegurar que os vigilantes recebem atempadamente o subsídio de férias e natal a que têm direito e que a empresa Ronsecur respeita o horário de trabalho previsto na lei e todas as obrigações legais em matéria de transmissão de estabelecimento?
3. Está o Governo disponível para fazer valer a sua posição contratual para impor o cumprimento integral da lei e dos direitos laborais, como já aconteceu no passado?